

Instituto Superior Técnico

Aviso n.º 14345/2014

1 — Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se pública a Lista Unitária de Ordenação Final relativa ao procedimento concursal para preenchimento de dois postos de trabalho na categoria e carreira de técnico superior, do mapa de pessoal do IST, aberto pelo Aviso n.º 4140/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 60, de 26 de março de 2014, com a Declaração de Retificação n.º 388/2014, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 69, de 8 de abril de 2014.

2 — A Lista Unitária de Ordenação Final, homologada por despacho do Presidente do Instituto Superior Técnico de 11 de dezembro de 2014, foi notificada aos candidatos, através de email, encontrando-se afixada em local visível e público das instalações da Direção de Recursos Humanos e disponibilizada na página eletrónica em <http://drh.tecnico.ulisboa.pt/nao-docentes/recrutamento-nao-docentes/>, tudo nos termos dos n.ºs 4, 5 e 6 do artigo 36.º da referida Portaria.

3 — Do despacho de homologação da referida lista pode ser interposto recurso hierárquico ou tutelar, nos termos do n.º 3 do artigo 39.º da referida Portaria.

12 de dezembro de 2014. — O Vice-Presidente para os Assuntos de Pessoal, *Prof. Miguel Afonso Dias de Ayala Botto*.

208301028

UNIVERSIDADE DO MINHO

Reitoria

Despacho n.º 15551/2014

Pelo Edital n.º 794/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 155, de 12 de agosto de 2011, retificado pela Declaração de Retificação n.º 1720/2011, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219, de 15 de novembro de 2011, foi aberto concurso documental para recrutamento de um posto de trabalho de professor catedrático na área disciplinar de Economia da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.

Tendo em conta a oposição manifestada por uma candidata admitida a concurso à composição do júri foi declarado o impedimento de três membros do júri, bem como foi determinada a anulação das deliberações do júri e o reinício do procedimento concursal desde a fase de admissão dos candidatos, sem a presença dos membros impedidos, por meu despacho de 13 de fevereiro de 2014.

Considerando que foi novamente invocada no procedimento concursal uma situação de impedimento em relação aos restantes membros do júri e apontadas razões suscetíveis de perigar as garantias de isenção, de transparência e de imparcialidade;

Considerando ser absolutamente necessário, para o regular e pacífico desenvolvimento do procedimento concursal, fazer cessar, preventivamente, quaisquer dúvidas sobre as garantias de imparcialidade na atuação do júri;

Atendendo as razões de interesse público inerentes ao recrutamento bem como os legítimos interesses dos candidatos;

Determino a revogação do ato administrativo que autorizou a abertura do procedimento concursal supramencionado, ao abrigo do artigo 138.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo;

Publique-se, nos termos legais, e dê-se conhecimento à Vice-Reitora Professora Graciete Dias, aos membros do júri, aos candidatos e à Escola de Economia e Gestão.

11 de dezembro de 2014. — O Reitor, *António M. Cunha*.

208301547

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Aviso n.º 14346/2014

Procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de um posto de trabalho de técnico superior da carreira geral de técnico superior

1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 33.º da lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada e publicada pela Lei n.º 35/2014, de

20 de junho, tendo presente o disposto no n.º 1 do artigo 56.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e em cumprimento do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, na redação atual, torna-se público que, por despacho de 1 de dezembro de 2014 do Senhor Diretor da Faculdade de Ciências e Sociais e Humanas da UNL, se encontra aberto procedimento concursal comum, tendo em vista a ocupação de um posto de trabalho da carreira unicategorial de técnico superior, previsto e não ocupado, constantes do mapa de pessoal da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U.N.L., na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2 — Legislação aplicável: lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada e publicada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação atual, Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, na redação atual e Código do Procedimento Administrativo.

3 — Consultada a Entidade Centralizada para Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), nos termos do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, foi declarada a inexistência, em reserva de recrutamento, de qualquer candidato dado ainda não ter decorrido qualquer procedimento concursal para a constituição da referida reserva de recrutamento.

4 — O aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (<https://www.bep.gov.pt/>) no 1.º dia útil seguinte à presente publicação no *Diário da República*, por extrato, na página eletrónica da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U.N.L. (<http://www.fcsh.unl.pt/faculdade/servicos/legislacao-e-documentos/documentos-de-gestao-de-recursos-humanos/procedimentos-concursais-carreiras-gerais>) e, no prazo máximo de três dias úteis contados da mesma data, num jornal de expansão nacional.

5 — Âmbito do recrutamento: Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 30.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, o recrutamento faz-se de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.

6 — Por despacho Reitoral da Universidade Nova de Lisboa, de 19 de novembro de 2014, tendo em conta a especificidade das funções e a urgência de que se reveste o procedimento, em caso de impossibilidade de ocupação do posto por trabalhador com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, proceder-se-á ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente constituída.

7 — Local de trabalho — Instalações da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U.N.L., sita na Avenida de Berna, n.º 26-C, em Lisboa.

8 — Caracterização do posto de trabalho:

O posto de trabalho a ocupar, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, caracteriza-se pelo desempenho das funções constantes do anexo à Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, no seguinte âmbito das competências da Divisão de Bibliotecas e Documentação desta Faculdade, conforme Secção II, Capítulo III, do Regulamento dos Serviços da FCSH (Despacho (extrato) n.º 7271/2014, publicado em D.R. 2.ª série, em 3 de junho de 2014).

9 — Requisitos de admissão:

9.1 — Requisitos gerais:

Ser detentor dos requisitos previstos no artigo 17.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, nomeadamente:

I) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

II) Ter 18 anos de idade completos;

III) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou não estar interdito para o exercício das funções a que se propõe desempenhar;

IV) Possuir robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

V) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

9.2 — Requisitos habilitacionais:

Licenciatura na área das Ciências Sociais e Humanas e Mestrado na área das Ciências da Informação e da Documentação, não se colocando a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

9.3 — Requisitos preferenciais:

a) Experiência comprovada de trabalho em bibliotecas/centros de documentação de Instituições de Ensino Superior;

b) Experiência comprovada de utilização de sistemas de gestão de bases de dados bibliográficas;

c) Trabalho científico sobre bibliotecas/centros de documentação de Instituições de Ensino Superior.

d) Sólidos conhecimentos de informática na ótica do utilizador;

e) Sólidos conhecimentos de língua inglesa, falada e escrita.